

A RELAÇÃO ENTRE OS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DO PARQUE DA SERRA DA CANASTRA

The relationship between Brazilian National Parks and Environmental Education: A case study of the Serra da Canastra National Park

Jéssica Lomonte dos Santos

Doutoranda em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Alfenas, Brasil

jessica.lomonte@sou.unifal-mg.edu.br

Sandra de Castro de Azevedo

Doutora em Geografia, Professora Associada da Universidade Federal de Alfenas, Brasil

sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Recebido: Dia Mês Ano

Aceito: Dia Mês Ano

Resumo

Uma das consequências da manutenção do sistema capitalista é a urgência por políticas públicas comprometidas com o meio ambiente. Por meio dessas políticas foram instituídos os Parques Nacionais e a Educação Ambiental (EA). Tendo em mente que um dos objetivos dos parques é promover práticas de Educação Ambiental, este trabalho teve como objetivo investigar qual paradigma sustenta as práticas de Educação Ambiental realizadas no Parque Nacional da Serra da Canastra. Para isso, a metodologia utilizada foi a análise documental. Como resultados, tem-se a ausência de uma EA sistematizada, um distanciamento entre o que está previsto em Lei e a prática efetivada, e a forte presença do paradigma conservacionista nas práticas propostas. Por fim, os dados indicam a necessidade de que os gestores desses espaços ressignifiquem suas concepções sobre EA.

Palavras-chave: Unidades de conservação, políticas ambientais, meio ambiente, crise socioambiental.

Abstract

One consequence of maintaining the capitalist system is the growing urgency of public policies aimed at environmental protection. Through such policies, National Parks and Environmental Education (EE) have been established. Given that one of the objectives of National Parks is to promote Environmental Education practices, this study aimed to investigate which paradigm underpins the Environmental Education practices implemented at the Serra da Canastra National Park. To this end, a documentary analysis was adopted as the methodological approach. The results indicate the absence of a systematised Environmental Education framework, a disconnect between what is stipulated by law, and a strong predominance of the conservationist paradigm in the proposed activities. Finally, the findings point to the need for managers of these spaces to reframe their conceptions of Environmental Education.

Keywords: Protected areas, environmental policies, environment, socio-environmental crisis.

1. INTRODUÇÃO

A relação sociedade e natureza ganhou ênfase em várias dimensões da sociedade. Diante deste contexto, este texto busca uma articulação entre os Parques Nacionais Brasileiros e a Educação Ambiental (EA). Os parques são frutos de políticas públicas comprometidas com o meio ambiente, sendo consideradas as unidades de conservação mais tradicionais e conhecidas pela população (Drummond; Franco; Oliveira, 2010).

Outra vitória das políticas ambientais é a consolidação do campo da Educação Ambiental. A EA surge como instrumento de enfrentamento à crise socioambiental, sendo considerada como uma possibilidade de estimular uma socialização a favor do meio ambiente, capaz de superar e transformar a cultura hegemônica que produz degradação ambiental e social (Lima, 2011).

Com o objetivo de compreender a relação entre os Parques Nacionais e a Educação Ambiental, houve a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2019 com essa temática. A pesquisa foi apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Biológicas de uma das pesquisadoras.

Este trabalho é um recorte e uma atualização dos resultados encontrados anteriormente e tem como objetivo investigar qual paradigma sustenta as práticas de Educação Ambiental propostas pela gestão do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Optou-se pelo Parque Nacional da Serra da Canastra devido à familiarização e proximidade geográfica das pesquisadoras com a região. Para alcançar o objetivo supracitado, foi construído um arcabouço teórico sobre a trajetória da construção do campo da EA no Brasil; a análise sobre as motivações, conjunturas, objetivos e significados da instituição dos Parques Nacionais, e a caracterização do parque em estudo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a compreensão da relação entre os Parques Nacionais e a Educação Ambiental, foi realizada uma análise documental dos seguintes documentos: Código Florestal de 1934; Constituição Federal de 1988; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997; Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999; Lei nº9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra de 2005 e 2023 e das informações disponíveis no site no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Ludke e André (1986) consideram a análise documental “uma técnica valiosa da abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Ludke; André, 1986, p. 38). Junior et al. (2021) corrobora e afirma que os aspectos que merecem atenção em uma análise documental são: a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise.

Os critérios de seleção dos documentos foram sua relevância como políticas públicas ambientais, sua autenticidade como fontes confiáveis e verificáveis, e sua acessibilidade, por serem documentos disponíveis para análise sem restrições.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Educação Ambiental: a trajetória de um campo em construção

O objetivo deste tópico é situar os leitores sobre as principais características do campo da Educação Ambiental. A origem do campo se integra ao percurso de elaboração das políticas ambientais. Com isso, compreender sua trajetória é reafirmar o potencial dos Parques Nacionais na disseminação de práticas educativas.

Segundo Lima (2011), a Educação Ambiental, apesar de possuir características singulares, conserva uma íntima correspondência com o ambientalismo, do qual absorve as particularidades mais significativas de sua formação. Eckersley (1992) propõe que o ambientalismo emergiu como resposta a três problemas principais: problemas de participação, sobrevivência e emancipação. O primeiro está relacionado a uma falsa participação democrática e de acesso aos recursos naturais, aos serviços urbanos, às políticas de boa qualidade de vida e aos benefícios do progresso. O segundo está ligado à incompatibilidade entre a capacidade de suporte do planeta e o crescimento econômico exponencial. O terceiro fala de um lugar de subversão a crise, sendo visto como uma oportunidade de emancipação individual e social.

Surge, então, a principal indagação do movimento ambientalista: “como enfrentar a questão socioambiental?”. Prontamente respondida: por meio da educação. Nesse cenário, a educação era vista como uma possibilidade de estimular uma socialização a favor do meio ambiente. Logo, a educação era compreendida como uma intervenção cultural e política, de alcance global e forte o suficiente para enfrentar a crise vigente (Lima, 2011).

Foi a partir da crença na potencialidade da educação e em meio a múltiplas influências do conservacionismo, da contracultura, das lutas políticas e sociais, e da atuação de instituições internacionais como a Unesco e a ONU, que surge o campo da Educação

Ambiental. Sendo que, historicamente, a expressão foi registrada pela primeira vez na Conferência em Educação, realizada pela Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, em 1965. A terminologia surgiu com o intuito de introduzir princípios da ecologia e da conservação dos recursos naturais na educação dos cidadãos (Layrargues, 2003).

O primeiro marco internacional que colocou a Educação Ambiental como um campo promissor no enfrentamento da questão socioambiental foi a Conferência sobre o Ambiente Humano promovida pela ONU, em Estocolmo, no ano de 1972. Nesse evento surge a possibilidade de estabelecer um programa internacional de Educação Ambiental, criado três anos depois como fruto do Encontro Internacional de Educação Ambiental, realizado em Belgrado, em 1975. A partir desse impulso inicial, inúmeros eventos internacionais e nacionais foram realizados com o intuito de estabelecer princípios, objetivos, características e ações para o novo campo (Lima, 2011).

Os eventos mais significativos para o campo da EA ao longo da história foram: a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi, em 1977. No evento foram formulados objetivos, princípios e estratégias que deveriam guiar esse novo campo de conhecimento. A Rio 92, fundamental para a EA brasileira. Nessa circunstância, houve a elaboração de alguns documentos importantes como a Agenda 21. A educação aparece no capítulo 36, “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, o Tratado das ONGs, que enfatizava a EA no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra que é utilizada como referência para muitos educadores ambientais. Por fim, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade promovida pela Unesco em 1997, que colocou a Educação Ambiental como pilar da sustentabilidade em conjunto com a legislação, economia e tecnologia (Layrargues, 2003).

Assim como as políticas ambientais, o desenvolvimento da Educação Ambiental foi influenciado por conferências internacionais, agências ambientais, educadores e pela sociedade civil. Lima (2011) aponta que a pluralidade de agentes e grupos sociais atuantes dentro do campo fez com que houvesse uma diversidade de concepções sobre a questão socioambiental, o que impactou diretamente na pluralidade de propostas pedagógicas. Ao longo dos anos, diferentes grupos disputam a hegemonia do campo e a possibilidade de guiá-lo de acordo com seus interesses e interpretações.

Durante as três primeiras décadas, a corrente conservacionista dominou o campo. A visão hegemônica era antropocêntrica e utilitária, e as soluções para os problemas

ambientais se basearam, predominantemente, no ensinamento de conhecimentos ecológicos (Lima, 2011). A corrente acredita e incentiva o planejamento e uso racional dos recursos naturais, tendo em mente à máxima eficiência do desenvolvimento econômico, o que dialoga com o conceito de desenvolvimento sustentável tão debatido atualmente. Sobre a corrente conservacionista, Lima (2011, p.140) comenta:

[...] uma visão que constata os impactos da poluição e do consumo intenso dos recursos naturais, mas não relaciona esses efeitos com suas causas sociais, isto é, com os modelos de organização econômica e política da sociedade, que estão em sua origem. Na maioria das vezes, considera os impactos da poluição “efeitos colaterais” do crescimento econômico e do progresso, tidos como processos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida humana e à desejada modernização social (Lima, 2011, p.140).

As práticas resultantes dessa visão envolvem a sensibilização e conscientização dos sujeitos sobre a importância de se adotar uma postura responsável em sua relação com o meio ambiente. É possível observar também um apelo ético e moral com o intuito de impregnar as atitudes humanas de um sentimento de cuidado e responsabilidade com o meio. Para Lima (2011, p.149) o discurso conservacionista conquistou a hegemonia do campo da Educação Ambiental, entre outros motivos, porque:

[...] se tornou funcional para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida. Inspirado por uma perspectiva de pretensa neutralidade ideológica, que não problematizava os aspectos políticos, econômicos e éticos a questão ambiental e não exigia mudanças profundas na vida social, o conservacionismo pôde ser assimilado pacificamente, sem grandes traumas (Lima, 2011, p. 149).

No Brasil, foram as organizações governamentais que mais estimularam o discurso conservacionista. O país sofria intensa pressão internacional para se posicionar em relação a crise socioambiental, o que afetava diretamente suas relações comerciais. Através da criação de alguns órgãos e agências, o Estado atendia as cobranças e difundia suas ideias conservacionistas de como resolver as problemáticas ambientais, sem afetar seus interesses desenvolvimentistas. Apesar do interesse do Estado não estar relacionado à resolução das questões ambientais, suas ações foram fundamentais para a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil (Lima, 2011).

A exemplo das agências e órgãos criados pelo Estado temos a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Estabelecida em 1973, a secretaria se tornou a primeira agência federal voltada para a gestão dos problemas ambientais e contribuiu para o

desenvolvimento de inúmeras agências estatais de meio ambiente, como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, o Instituto Ambiental do Paraná, Surehna, e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Feema, no Rio de Janeiro, todas implementadas em 1970 (Brasil, 1998).

Na esfera legislativa, a inclusão de um capítulo sobre o meio ambiente na Constituição Federal de 1988 foi vista como um avanço pela comunidade internacional. A EA está presente no inciso VI deste capítulo, as práticas educativas são consideradas obrigatórias em todos os níveis de ensino e conscientização da população em relação a preservação do meio ambiente se apresenta como uma recomendação (Brasil, 1988).

Com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, em 1997, a inserção da Educação Ambiental no ensino formal é oficializada. O documento objetivava implementar uma política continuada de formação de professores para uma EA transversal e articular parcerias com sistemas de ensino, ONGs e universidades (BRASIL, 1997). Em 1999, é instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a EA passa a ser definida como:

um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, s/p).

A partir de meados da década de 1980, a corrente conservacionista começa a perder forças dentro do campo. A circulação de uma literatura que questionava os ideais conservacionistas e promovia reflexões críticas embasadas nas ciências humanas e sociais fez com que críticas e debates, que buscavam a incorporação das dimensões políticas e sociais começassem a borbulhar. Layrargues (2003, p. 22) aponta que:

é possível traçar uma genealogia da aproximação da educação ambiental à sociologia no Brasil como via de mão dupla, que data de meados da década de 80: os pioneiros trabalhos de Isabel Carvalho, Marcos Sorrentino, Marcos Reigota, Regina Leite Garcia, entre outros, procuraram articular a educação ambiental com conceitos sociológicos, com o intuito de abandonar o reducionismo biológico que se cristalizou nessa prática. O foco estava na articulação da educação ambiental com a cidadania, democracia, participação, autonomia, justiça social, expressões pouco usuais para um modelo de educação ambiental historicamente confundido com ensino de ecologia (Layrargues, 2003, p. 22).

Para Carvalho (1989), novos valores não são incorporados, exclusivamente, por programas educativos, mas em conjunto com as práticas presentes no cotidiano da vida social. A autora critica as propostas feitas pela corrente conservacionista e propõe uma

educação ambiental que considere as relações sociais e ambientais sob o primado da política, pois acredita que a visão reducionista faz com que a Educação Ambiental perca muito do seu potencial transformador (Carvalho, 1989). O processo de ruptura com a corrente conservacionista trouxe novas interpretações para a Educação Ambiental. Lima (2011) denomina-as como “sociopolítica ou socioambientalista”.

A quebra de paradigma observada dentro do campo da Educação Ambiental também é reflexo da atuação dos movimentos sociais, pois apreensivos com os rumos que o campo tomava, desenvolveram práticas de subversão a interpretação conservacionista. As diversas iniciativas desenvolvidas são caracterizadas como pequenos projetos espalhados pelo país, tais como: atividades de formação de educadores, cultura e arte, geração de renda, agricultura alternativa, entre outras. Desta forma, configuram-se como ações em prol de uma cultura democrática e de uma melhor qualidade de vida (Sorrentino; Pagnoccheschi, 1993).

O campo da Educação Ambiental também sofre influência do discurso do desenvolvimento sustentável, que se coloca na disputa pela hegemonia dos debates e propõe a substituição do termo Educação Ambiental por educação para o desenvolvimento sustentável ou para a sustentabilidade. A corrente “ecocapitalista” conta com a participação da iniciativa privada, que assim como os demais sujeitos constituintes da EA, busca a hegemonia do campo a partir dos seus interesses (Silva, 2015).

Conclui-se que a Educação Ambiental está em constante transformação e que a sua diversidade de atores proporciona vastas possibilidades de práticas educativas. Ao mesmo tempo, a disputa de discursos enfraquece o potencial transformador do campo, pois diversidade não é sinônimo de qualidade. Corrobora-se com Carvalho (1989) e Lima (2011) em relação à tendência socioambientalista, pois acredita-se que a preservação ambiental está intimamente relacionada à superação da desigualdade social.

3.2. Parques Nacionais: história e possibilidades

Este tópico tem o intuito de sintetizar o histórico de criação do Parques Nacionais com ênfase nos parques brasileiros e demonstrar o potencial dessas unidades de conservação na promoção de práticas educativas. Para isso, foi realizada uma pesquisa no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), visto que o instituto possui entre suas principais competências, propor a criação e regularização fundiária e gestão das UCs Federais. Durante a pesquisa, buscamos as seguintes informações: nome dos Parques Nacionais, ano de instituição, localização dos parques e o Plano de Manejo.

No ano 2000, é promulgada a Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC pode ser definido como:

[...]conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo (Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC. Acesso em: 05 ago. 2025).

Seus objetivos gerais envolvem a proteção de espécies ameaçadas de extinção, preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais, incentivo às atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental, promoção da Educação Ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Com isso, o SNUC foi pensado como o intuito de potencializar o papel das Unidades de Conservação (UC), que são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com 7 objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, n/p).

As Unidades de Conservação são divididas em Unidades de Uso Sustentável e de Proteção Ambiental, sendo os Parques Nacionais pertencentes a esse segundo grupo. Uma das características das Unidades de Proteção Integral é permitir apenas o uso indireto dos recursos naturais presentes em seu território. (Brasil, 2000).

A primeira definição brasileira de Parque Nacional foi estabelecida pelo artigo 9º do Código Florestal de 1934. Segundo o documento, os parques eram “monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o merecem” (Brasil, 1934). Em 1944, por meio do decreto nº16.677, os parques passaram a ser de responsabilidade do Serviço Florestal, que tinha como função orientar, elaborar e fiscalizar programas de trabalhos para os Parques Nacionais. A partir disso, os parques passam a ter as seguintes competências:

- I – conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição;
- II – promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões;
- III – organizar museus e herbários regionais;
- IV – remeter à sede do Serviço Florestal informes e amostras de espécimes da região em que estiver localizado, que lhe forem solicitados (Decreto nº16.677, de

29 de setembro de 1944. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em 05 ago. 2025).

A partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os parques adquirem os seguintes objetivos básicos:

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000, s/p).

Com base nos objetivos estabelecidos pelo SNUC, Canto-Silva e Silva (2017) apontam os parques como:

áreas muito favoráveis para a promoção de atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes nas áreas protegidas (Canto-Silva; Silva, 2017, p. 36).

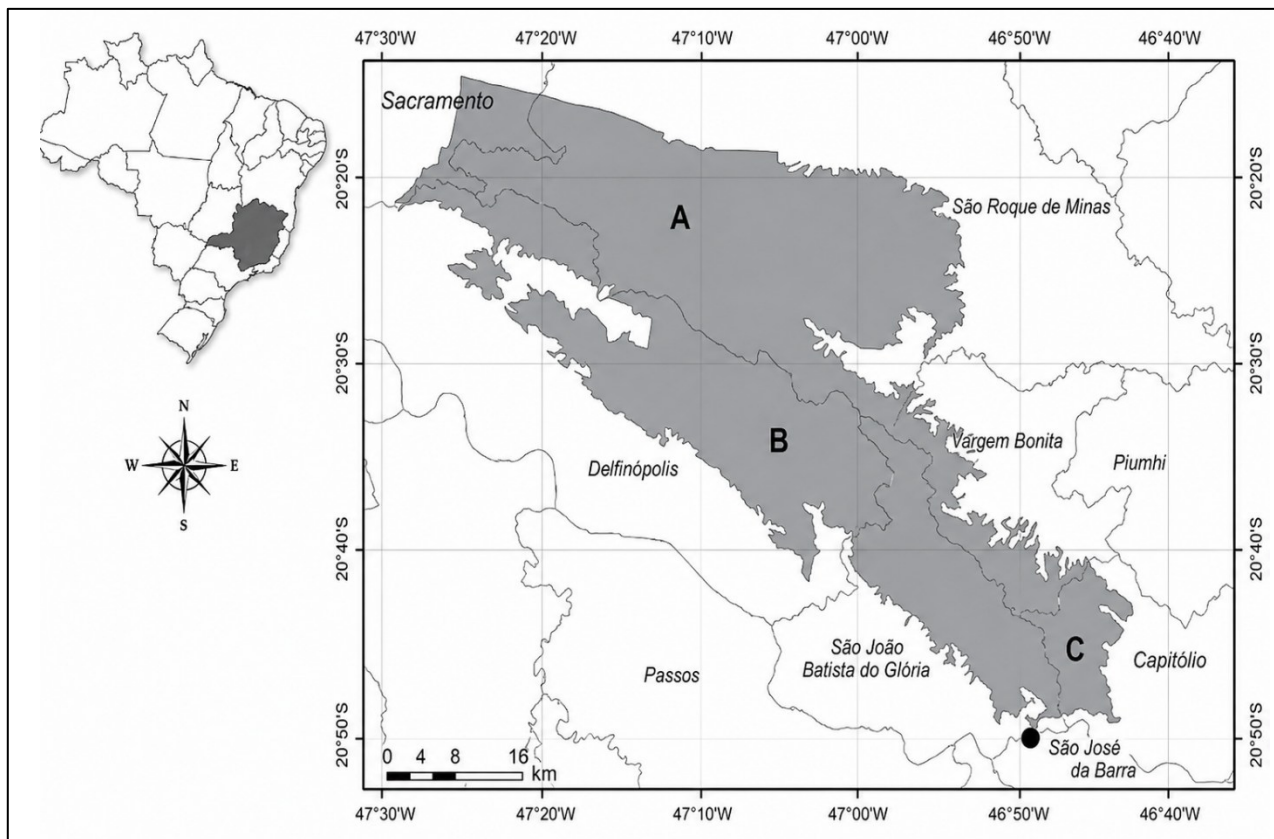
É possível concluir que a implementação dos Parques Nacionais vai além da preservação territorial, abrangendo também práticas educativas e a promoção da Educação Ambiental. Todavia, a partir dos conhecimentos históricos sobre a construção das políticas ambientais e consequentemente do campo da EA, alguns questionamentos se tornam relevantes. Primeiro, a prática está em consonância com a teoria? Ou seja, práticas educativas voltadas à Educação Ambiental estão realmente implementadas nos parques? Se sim, essas práticas são sustentadas por quais paradigmas?

3.3. O Parque Nacional da Serra da Canastra

Criado pelo Decreto nº70.355 de 1972, o Parque Nacional da Serra da Canastra está localizado entre as regiões Oeste e Sul de Minas Gerais, abrangendo as bacias hidrográficas do rio São Francisco, rio Grande e rio Paranaíba, e parte do território dos municípios de São Roque de Minas, Capitólio, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis e Sacramento (ICMBio, 2025). A figura 1 apresenta a localização e limites do parque.

Está localizado no Bioma Cerrado, um dos ecossistemas brasileiros mais ameaçados, e é considerado um importante instrumento de proteção deste ambiente, sendo possível observar diversos tipos de formações existentes neste Bioma, Savanas, Campos e Florestas (ICMBio, 2025). Segundo o ICMBio (2025), o objetivo da criação do parque foi

proteger as nascentes do Rio São Francisco, Rio Araguari e tributários da bacia do Rio Grande, assim como os ecossistemas associados. Sua criação é uma conquista dos movimentos sociais que se mobilizaram em busca de soluções à seca do Rio São Francisco e ao desmatamento ocasionado pela implantação do reservatório da usina hidrelétrica de Furnas.



Legenda: ● Usina hidrelétrica de Furnas.

Figura 1 - Mapa da localização do Parque Nacional da Serra da Canastra. A. Chapada da Canastra. B-C. Chapadão da Babilônia.

Fonte: Romero e Versiani, 2014.

Está localizado no Bioma Cerrado, um dos ecossistemas brasileiros mais ameaçados, e é considerado um importante instrumento de proteção deste ambiente, sendo possível observar diversos tipos de formações existentes neste Bioma, Savanas, Campos e Florestas (ICMBio, 2025). Segundo o ICMBio (2025), o objetivo da criação do parque foi proteger as nascentes do Rio São Francisco, Rio Araguari e tributários da bacia do Rio Grande, assim como os ecossistemas associados. Sua criação é uma conquista dos movimentos sociais que se mobilizaram em busca de soluções à seca do Rio São Francisco e ao desmatamento ocasionado pela implantação do reservatório da usina hidrelétrica de Furnas.

O ICMBio define a região da Serra da Canastra como “uma região de beleza cênica singular, caracterizada por paisagens que se alternam entre planaltos e vales” (ICMBio, 2025, s/p). Os atrativos mais visitados são a nascente do rio São Francisco e a cachoeira da Casca D’ anta, seja na parte alta do chapadão da Canastra ou na parte baixa, já no vale do rio São Francisco (ICMBio, 2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O art. 27 da Lei 9.985/2000 deixa claro que todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo, tendo como prazo máximo para sua elaboração cinco anos a partir da data de criação da unidade de conservação (Brasil, 2000). O plano de manejo é definido como:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000, s/p).

Logo, o plano de manejo contém ou deveria conter todas as informações relevantes de uma unidade de conservação, sendo um dos principais instrumentos de gestão desses espaços. O documento fornece subsídios para interpretação ambiental e é uma ferramenta de busca de informações oficiais sobre as unidades de conservação (ICMBio, 2025).

O primeiro plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1981. Em 2005 foi realizada a primeira revisão do plano, que constatou a necessidade de abranger o planejamento de gestão para a totalidade da área do parque, com extensão aproximada de 200 mil hectares (ICMBio, 2005).

A análise do plano de manejo elaborado em 2005 revela que o termo “Educação Ambiental” aparece três vezes ao longo do documento. Na ficha técnica, o termo surge como uma atividade ocorrente, em conjunto com a pesquisa, visitação, proteção e fiscalização. A atividade   descrita como algo que acontece “somente no Chapadão da Canastra e entorno, de forma esporádica, sem um programa preestabelecido” (MMA; IBAMA, 2005, p. 4). Em um segundo momento, o termo   exibido como uma das atividades apropriadas para o parque, porém o documento aponta que em relação:

[...] aos trabalhos de educação e conscientização ambiental, os levantamentos realizados demonstram não haver programas específicos sobre esse tema desenvolvidos pela unidade, sendo um trabalho realizado de forma não sistemática,

apenas quando há alguma demanda de escolas ou demais instituições dos municípios situados no entorno do parque (MMA; IBAMA, 2005, p. 27).

Por fim, a expressão “Educação Ambiental” se relaciona com um dos objetivos de uma área estratégica interna (AEI). Segundo o documento, essas áreas são importantes para o planejamento, manejo e alcance dos objetivos de uma unidade de conservação. A área estratégica Casa de Saberes e Fazeres Saint Hilaire foi criada para:

elaborar, em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental de Minas Gerais (NEA MG), proposta de calendário de atividades para a Casa, que atenda aos visitantes e às comunidades do entorno, formatando oficina de saberes e fazeres e oferecendo atividades de educação ambiental e patrimonial (MMA; Ibama, 2005, p. 80).

O plano de manejo mais recente do parque foi divulgado em 2023, sendo elaborado por meio da metodologia estabelecida pela Instrução Normativa do ICMBio nº7 e pelo Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Plano de Manejo das Unidades de Conservação Federais. Sua ficha técnica aponta que as seguintes atividades são desenvolvidas no parque: “pesquisa, atividades didáticas de ensino superior, fiscalização, manejo do fogo, visitação, educa o ambiental, voluntariado e monitoramento” (ICMBio, 2023, p. 10).

No t pico “Análise dos Recursos e Valores Fundamentais (RVF)” são apontadas as condi es atuais, tendências, ameaças e necessidades da unidade de conserva o. A necessidade de planejamento de Programas de Educa o Ambiental   considerada como uma prioridade média para a gestão do parque. O quadro 1 apresenta os objetivos de cada programa.

Quadro 1: Objetivos dos Programas de Educa o Ambiental em cada RVF.

AN�LISE E VALORES FUNDAMENTAIS	PROGRAMA DE EDUCA�O AMBIENTAL
Cerrado e sua biodiversidade	Enfoque para mudan�as na pr�tica de uso de agrot�xicos nas �reas n�o regularizadas, no ordenamento da visita�o e na conduta consciente de visita�o em ambientes naturais
�gua	�nfase no saneamento b�sico na �rea n�o regularizada, na import�ncia da preserva�o e recupera�o das matas ciliares, no ordenamento da visita�o e na conduta consciente de visita�o em ambientes naturais.
Cultura Tradicional	Voltado para a conduta consciente de visita�o em ambientes naturais.
Patrim�nio Arqueol�gico Hist�rico	Visa a valoriza�o e manuten�o da integralidade patrimonial.
Oportunidade para lazer e turismo	Com foco na promo�o e valoriza�o dos atributos naturais e sociais protegidos pelo parque, e a

	importância das áreas de preservação (em especial matas ciliares).
--	--

Fonte: ICMBio, 2023. Disponível em: Plano de Manejo PARNA Canastra. Acesso em: 06 ago. 2025.

Apesar de ser possível observar uma evolução em como a Educação Ambiental é apresentada em cada documento, fica claro a ausência de uma EA sistematizada no Parque Nacional da Serra da Canastra, o que revela inconsistências entre o que está previsto em lei e o que realmente é colocado em prática. O plano de manejo de 2005 deixa a sociedade civil no escuro, pois se apresenta frágil e inconsistente, tornando inviável, por meio da metodologia escolhida, a investigação de qual paradigma sustenta as práticas de EA.

Outro achado, que corrobora com a percepção da falta de informações concretas e transparentes sobre a EA no parque, é a notícia do lançamento de um edital para fomentar o turismo sustentável na unidade, disponível oficialmente no site do Governo Federal. A notícia foi publicada no dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte quatro e afirma que a iniciativa tem como foco “atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza” (Ministério do Turismo, 2024, s/p). Apesar de ser uma notícia promissora, não foi possível ter acesso ao edital.

Já as informações presentes no plano de manejo atual permitem algumas pontuações e análises. Como mencionado, o documento dispõe de quatro programas de Educação Ambiental. A leitura das propostas revela alguns traços da corrente conservacionista. É possível notar um forte apelo para a preservação do ambiente, enquanto questões relacionadas aos conflitos envolvendo populações tradicionais quase não aparecem. A Serra da Canastra possui uma população tradicional conhecida como “Canastreiros”, que habitam a região desde a época do Brasil Colônia e vêm sofrendo um grave quadro de insegurança jurídica desde a imposição do plano de manejo de 2005. São sujeitos conectados com a terra pela sua ancestralidade, mas sujeitos a desapropriações (Adão; Oliveira, 2020). Programas de Educação Ambiental pautados pela perspectiva socioambientalista não deixariam essa característica sociopolítica fora do seu escopo.

Observa-se então, uma visão reducionista dos problemas socioambientais e um distanciamento entre o que é natural e o que é humano. Como aponta Lima (2011), os ideais da corrente conservacionista se tornaram um mecanismo funcional para as instituições econômicas e políticas, que se recusam a entrelaçar as questões sociais, políticas e econômicas nas questões ambientais.

Por fim, cabe o diálogo sobre a urgência da consolidação de políticas públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das questões socioambientais. Sorrentino et al. (2005, p. 297) entendem as PPEA como “um processo dialético e compartilhado entre Estado e sociedade civil”. Tais políticas precisam ser planejadas e executadas de forma duradoura para que assim produzam planos e programas permanentes. Logo, os Programas de Educação Ambiental propostos pela gestão dos Parques Nacionais Brasileiros deveriam ser mais transparentes e almejar a busca por sociedades mais sustentáveis, a autonomia dos sujeitos e a construção compartilhada de um futuro social coletivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os resultados, é possível realizar algumas reflexões sobre o seguinte questionamento: práticas educativas voltadas à EA estão realmente implementadas nos parques? Para responder com exatidão essa pergunta são necessários mais estudos que se debruçam sobre a temática. Porém, em relação ao Parque Nacional da Serra da Canastra é possível afirmar que esforços estão sendo feitos na direção da implementação, mas ainda sem sucesso.

Em relação ao objetivo de investigar qual paradigma sustenta as práticas de Educação Ambiental propostas pela gestão do Parque Nacional da Serra da Canastra, as informações disponíveis nos Planos de Manejo da UC demonstram que as propostas estão pautadas na visão conservacionista das problemáticas ambientais. Baseado nos estudos encontrados durante a realização da pesquisa, é possível concluir que as práticas educativas são reflexo das políticas ambientais. Sabe-se que a conservação dos recursos naturais para a manutenção do capitalismo foi a principal motivação para a elaboração de políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Com isso, tem-se um alicerce reducionista e conservacionista, o que se reflete na relação dos Parques Nacionais e a Educação Ambiental.

Por fim, os Parques Nacionais Brasileiros são excelentes espaços para a promoção da Educação Ambiental, se caracterizando como importantes ferramentas de enfrentamento à crise socioambiental. Mas para que essa potencialidade seja alcançada é preciso que os gestores desses espaços ressignifiquem suas concepções sobre EA e se apropriem de uma visão mais crítica e reflexiva.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de doutorado concedida à autora (Processo nº 140357/2024-6). Agradecemos o suporte à pesquisa científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADÃO, C; OLIVEIRA, W. A. Os canastreiros: uma minoria esquecida. **Revista do Curso de Direito da UNIFOR**, Formiga, v. 11, n. 2, p. 37-46, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 16.667**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1944. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16677-29-setembro-1944-479776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 23.793**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1934. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.html. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de uso público do Parque Nacional da Serra da Canastra**. São Roque de Minas: ICMBio, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/idade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-canastra/arquivos/plano-de-uso-publico-do-parque-nacional-da-serra-da-canastra-2025.pdf>.

Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. São Roque de Minas: ICMBio, 2023. Disponível em:

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/idade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-canastra/arquivos/plano_manejo_pnsc.pdf.

Acesso em: 06 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em:

https://www.academia.edu/9387328/A_Implanta%C3%A7%C3%A3o_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_no_Brasil. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. Brasília, DF: MMA/Ibama, 2005. Disponível em:

<https://www.serradacanastra.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ministério do Turismo lança edital para fomentar turismo sustentável no Parque Nacional da Serra da Canastra**, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.html. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível

em: <https://arquivo.fmu.br/books/PARAMETROSCURRICULARESNAZIONALEIS.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.html. Acesso em: 10 ago. 2025.

CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J. S. Panorama da visitação e da condução de visitantes brasileiros em parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 365-386, 2017.

CARVALHO, I. C. M. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. 1989. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Pará, v. 15, n. 8, p. 341-385, 2010.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory**: towards an ecocentric approach. 1 ed. London: Routledge, 1992. 286p.

JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Revista Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LAYRARGUES, P. P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza**: elementos para uma sociologia da educação ambiental. 2003. 111 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

LIMA, G. F. C. **Educação Ambiental no Brasil**: formação, identidades e desafios. 1. ed. Campinas: Papirus, 2011, 239p.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 1ed. São Paulo: EDU - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986. 125p.

ROMERO, R.; VERSIANE, A. F. A. A new species of Microlicia and a checklist of Melastomataceae from the mountains of Capitólio municipality, Minas Gerais, Brazil. **Revista Phytotaxa**, Auckland, v. 170, n. 2, p. 118-124, 2014.

SILVA, J. G. A. Questão ambiental e lutas sociais: caracterizando o movimento ambientalista e suas mudanças recentes. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA). 8, 2015. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2015, p. 1-15.

SORRENTINO, M.; PAGNOCCHESCHI, B. (orgs). **Educação Ambiental**: experiências e perspectivas. Brasília: Inep/MEC. Série Documental "Relatos de Pesquisa". 1993, 68p.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JÚNIOR, L. A. Educação Ambiental como Política Pública. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

Recebido: 01/02/2026

Aceito: 15/04/2026